

ODÁLIA, Nilo. *As Formas do Mesmo*: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. 173 p.

João Alberto da Costa Pinto*

Neste livro, Nilo Odália faz uma importante contribuição à história do pensamento historiográfico brasileiro, apresentando dois compactos ensaios de interpretação da obra de Francisco Adolfo Varnhagen e Oliveira Vianna. Dois clássicos da historiografia, duas trajetórias distintas, o primeiro, intrinsecamente vinculado a ordem oficial do Segundo Reinado e, o segundo, expressivamente associado ao Estado Novo. Intelectuais que, com o trabalho historiográfico, fundamentaram visões de mundo do conservadorismo político nacional.

É notória a lacuna, na produção historiográfica brasileira, de trabalhos dedicados à explicitação dos meandros constitutivos do pensamento histórico. A historiografia como objeto de investigação da produção da escrita sobre a história é campo esquecido pelos historiadores. São poucos os que se dedicam a tal propósito. Não há ainda um trabalho extenso que apresente ao menos um mapeamento geral dos rumos historiográficos no Brasil; temos um ou outro autor que se esforça nesse sentido. Lembro-me por exemplo, dos trabalhos de José Honório Rodrigues, José Roberto do Amaral Lapa, e do livro, já clássico, ainda que de mera referência didática – *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, de Nelson Werneck Sodré. Mais recente, mas ainda de forma inconclusa, temos os trabalhos do historiador gaúcho, Astor Antônio Diehl.

* Professor Assistente do Departamento de História da UFG.

De resto, predominam trabalhos específicos de estudo sobre alguns dos clássicos da historiografia. A investigação sobre a produção historiográfica, no Brasil, é um campo aberto.

O livro que Nilo Odália traz a público, amplia, na sua primeira parte, análise sobre a obra de Varnhagen já iniciada em 1979, numa introdução a um volume de excertos da obra desse que é considerado nosso primeiro grande clássico da historiografia, presente na *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, da editora Ática. Quase dois terços do livro são dedicados a Varnhagen. O ensaio sobre Oliveira Vianna, não tem o mesmo folêgo. Esse, aliás, é o principal problema formal do livro. Com Oliveira Vianna, Odália é ligeiro, se comparado, é claro, com o que apresenta sobre Varnhagen. Mas isso, de modo algum, desqualifica a importância do livro. Um dos melhores estudos sobre a obra historiográfica de Oliveira Vianna, ainda é o que Nelson Werneck Sodré realizou no seu livro – *A Ideologia do Colonialismo*.

A questão nacional é para os historiadores brasileiros um tema de fundamental importância, perpassa a obra de quase todos os clássicos no século XIX e no século XX, de Varnhagen (a partir de 1854) a Nelson Werneck Sodré (até os seus últimos trabalhos de 1995). A questão nacional é o problema de fundo que centra a análise de Nilo Odália sobre o pensamento de Varnhagen e Vianna, estes, como forjadores de visões de mundo caracterizadoras do aspecto conservador nacional.

O objetivo de Nilo Odália é o de apresentar as estruturas significativas do conjunto da obra dos dois autores para com essas estabelecer a compreensão societária dos modos com que a tradição conservadora delimitou suas propostas ante à questão nacional. E para tal propósito, Odália inspira-se na metodologia de Lucien Goldmann, ainda que não lhe explore todas as possibilidades. Fez uma opção feliz, fato que consoma o quanto pode ser útil para a interpretação historiográfica brasileira as proposições metodológicas de Goldmann, autor praticamente esquecido no Brasil, mas que oferece ainda, uma heurística eficiente para trabalhos desta natureza.

Nilo Odália define assim os seus propósitos. O aspecto mais geral do livro é o endosso da afirmativa de que mesmo com a presença estrutural da “dependência” ao capitalismo internacional e a importação de idéias, acomodadas muitas vezes de modo acrítico pela *intelligentsia* nacional (marca preponderante no século XIX e que ainda hoje deixa

seus rastros), a realidade do nosso acontecer histórico e a sua cultura historiográfica devem ser entendidas como uma experiência histórica singular. Mesmo com todas as dificuldades, é possível romper-se com o absoluto das formas miméticas, principalmente as que se cristalizaram no pensamento historiográfico do século XIX e propor uma reflexão sobre o mesmo sem que este apareça definido apenas como corolário das teorias externas, principalmente as formuladas na Europa. Mesmo sustentado por teorias externas, o pensamento historiográfico brasileiro tem o seu caráter singular, como realidade possível e original. Sendo assim, as formas dessa historiografia nacional têm uma marca comum: o projeto político. A obra de Varnhagen e a de Oliveira Vianna são exemplares nessa característica. No seu conjunto expressam visões de mundo, ideologias que, pragmaticamente, usam o estudo da história como arma fundante de explícitos projetos políticos, verdadeiras agendas do pensamento conservador brasileiro.

Assim, segundo Nilo Odália, o aspecto central da obra e do pensamento de Varnhagen na realidade histórica do Segundo Reinado é a explicitação de um Estado nacional como força tuteladora e ação proponente de uma Nação branca e europeia nos trópicos. Questões similares estão presentes em Oliveira Vianna. Só que neste, a ação do Estado não se escuda na inflexão racial, mas na necessidade de reorganização da sociedade tirando-a de um caminho essencialmente anárquico porque estruturado numa frágil experiência republicana em que a ação do Estado é entendida como que irresponsável para a consolidação de uma efetiva nação.

Em suma, para Nilo Odália o projeto político imanta quase toda a reflexão historiográfica de nossos clássicos no século XIX até, pelo menos, meados do século XX.

Da vasta obra de Varnhagen, dividida em estudos historiográficos, biografias, crítica literária e vários volumes de correspondências, o trabalho mais importante, por sua significação interpretativa e proposição política é *História Geral do Brasil*, aparecido em dois volumes entre os anos de 1854 e 1857.

Varnhagen como intelectual define sua obra num contexto de pós-independência. A nova Nação revelava-se, naquele momento, portadora de “um vazio ideológico” (p. 28). A obra de Varnhagen e a dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apareciam com

a “função” de preencher tal vazio. Necessário se fazia o trabalho intelectual justificador da política que consumou uma emancipação “nos estreitos limites demarcados pelos interesses das classes proprietárias de terra e de escravos” (p. 28). Para consolidar-se a razão do presente e do futuro da Nação, a atividade política deveria estar “garantida por uma visão política do mundo” (p. 39). Varnhagen, no século XIX foi o que melhor desempenhou a tarefa de construir os alicerces teóricos dessa visão de mundo auto-referente de um Estado que se apresentava como o arquiteto da nacionalidade. Escreve Nilo Odália que a tarefa, ali, do historiador, era a de apresentar a “fundamentação alicerçada nos eventos históricos” da “consciência nacional” (p. 47).

Diante dessa característica, a história colonial de Varnhagen buscava aquilo que a “vontade política determinava, e não aquilo que ela podia oferecer em verdade” (p. 123). A história da colônia e a história da jovem nação independente, são vistas por Varnhagen dentro de uma unicidade em que a independência não se apresenta como ruptura, mas como corolário natural da ação de um Estado que tinha uma “missão transcendental – conduzir uma massa amorfa, de formação étnica diversa, a ser um povo e transformar numa unidade territorial e espiritual um país cujas dimensões continentais contra ela conspiravam” (p.86). A Nação como futuro definia-se pela ação do Estado e este só poderia operacionalizar-se efetivamente com a presença do homem branco brasileiro. O homem branco brasileiro consolida-se, no processo de miscibilidade inter-racial (do mestiçamento à consolidação “histórica” do branqueamento), como uma vitória, no Brasil tropical, da civilização contra a barbárie (p. 95). Não se ignora a presença fundante do índio e do negro africano; o que se afirma é que a miscigenação biológica assimila e acultura à civilização branca o que era intrinsecamente bárbaro e atrasado. Toda a História do Brasil sustentava-se nessa luta racial civilizatória. Nela, não existem classes, existem apenas raças, o civilizado sobrepujando o incivilizado através da miscibilidade. A característica máxima da civilização era o Estado, instituição demiúrgica da civilização. Assim, no Brasil de Varnhagen, o que sua historicidade instituiu da colônia à nação nada mais foi do que a vitória da civilização branca européia; logo, o processo de independência só poderia ser efetivado por esse Estado demiurgo que nos conduzia ao nosso destino de nação branca e

civilizada desde o alvorecer da colônia. A Independência nunca seria uma ruptura, mas uma consequência natural dessa evolução.

Ao contrário do que acontece com Varnhagen, são vários os livros que Nilo Odália entende como fundamentais para a compreensão do pensamento de Oliveira. É oportuna aqui uma observação. É clara na proposta goldmanniana a definição de obra essencial e a de obra accidental. Em momento algum, Nilo Odália apresenta tal definição mas, ela se faz necessária sempre (sob a perspectiva de Goldmann), já que implica em opções bibliográficas definidoras das estruturas significativas que fundamentam a visão de mundo que se está a apresentar de um determinado autor. O pouco cuidado de Nilo Odália com estes movimentos internos, comprometem parcialmente seu trabalho, porque no conjunto do argumento este poderia estar definido como apenas mais uma reflexão no âmbito da *História das Idéias* e a proposta de Goldmann vai muito além disso. Contudo, insisto, isso não põe por terra os propósitos de nosso autor como se pode depreender no que estamos a apresentar aqui como essencial do seu trabalho.

Em Oliveira Vianna, a relação história e política, como em Varnhagen é também quase que homóloga. Vianna tem explicitada em sua obra a confecção de um ideário político, afirmado de modo pragmático e de caráter normativo. É um doutrinador que tem na história a busca de um sentido justificador de sua programática política. Assume explicitamente uma atitude intelectual messiânica, compreendendo-se como responsável por uma missão moral: a responsabilidade por uma teoria que exponha as possibilidades orgânicas de uma nação brasileira solidária. Dizia-se um “idealista orgânico”, termo caracterizador de atitude intelectual diferenciada da dos “idealistas utópicos”, os liberais, que no século XIX, propunham fórmulas exóticas como o constitucionalismo republicano (p. 145). Exóticas porque não-adequadas efetivamente à natureza estrutural da realidade histórica brasileira.

A vocação do Brasil, para Vianna, era a de país agrário, nossas origens são agrárias. Foi com o latifúndio que se modelou a nossa identidade, com ele apresentamos a nossa diferença perante outros povos. O latifúndio cumpriu uma missão civilizadora, tornou possível a expansão e a conquista do espaço brasileiro, “transformando o vazio, o não-lugar, num espaço apropriado, num lugar de onde se irradia a possibilidade de vida” (p.135). No entanto, de tal formação, da preponderância do

latifúndio, temos também aí a origem de nossos males. O latifúndio, no seu isolamento gerou o clã (p. 135). Da presença dos clãs, temos uma “anarquia branca” sob os abusos autoritários dos “mandões locais” (p. 136). Do mandonismo local, como consequência histórica, afirmou-se em nossa historicidade um forte sentimento de individualismo. Esse individualismo obsta efetivamente um verdadeiro projeto de nação. Da leitura histórica, Vianna apresenta as alternativas políticas.

Como consolidar-se, então, a efetividade do projeto nacional? A alternativa de Vianna, conforme Odália, é a de impor-se como condição *sine qua non* a necessária solidariedade social. O articulador de tal solidarismo é o Estado. O Estado com o dever de corrigir “os inconvenientes da amplitude geográfica e aumentando a circulação política” (p. 136). E por circulação política devemos entender “uma maior presença das instituições estatais junto às comunidades, em torno dos centros economicamente ativos” (p. 135), presença essa que deveria substituir o caráter anterior, sempre presente na história do Brasil, de o Estado comparecer por meras razões fiscais.

Deve-se preservar a nossa verdadeira vocação – uma sociedade de lavradores e pastores –, mas tais bases deveriam estar assentadas pelo solidarismo social. O Estado seria o responsável por essa regeneração pública, através da educação nacionalista. Vê-se, pois, qual o sentido da História para Vianna. Para ele, a História é “a mãe e a mestra da política”, enquanto para Nilo Odália, “numa História fundante, o que realmente interessa é o que ela pode fornecer, enquanto fonte inspiradora, um projeto político, a ser desenvolvido por uma prática política a ele adequada” (p. 126).

Das especificidades de nossa História Oliveira Vianna estabelece como meta a consolidação da democracia corporativa, democracia em que o indivíduo estaria submetido ao grupo econômico e este subordinado à política. A regeneração que se impõe como necessária para a efetividade da Nação deve-se realizar sob a solidariedade dos interesses coletivos onde as demandas individuais conflitivas sejam eliminadas. O Estado nacional tem esse papel regulador.

O Estado de Oliveira Vianna define-se num poder executivo forte e uno. O Estado não conhece partidos; para sua eficiência deve ser fundamentalmente despartidarizado (p. 153). Vianna é contrário ao parlamento, já que via neste apenas uma representação política dos

interesses específicos dos indivíduos e dos clãs. O parlamento é a representação máxima da insolidariedade. Ao lado do poder executivo, “ao lado e contra ele” um poder judiciário ainda mais forte (p. 154), um poder judiciário que seja a garantia das liberdades civis, e estas não devem ser confundidas com a liberdade política.

Tal como em Varnhagen, Oliveira Vianna expressa efetivamente na sua obra o sentido pragmático do estudo da História, a instrumentalização do projeto político e a caracterização da visão de mundo política nas hostes do conservadorismo nacional. A questão racial, tão cara a Varnhagen, também é central na obra de Oliveira Vianna, mas ao contrário daquele, Vianna não faz dela ponto axial ao seu projeto político. Nilo Odália diz que o arianismo deste é fruto “de uma ingênua e despropositada confiança numa pseudociência racial” e numa “visão nostálgica de valores originários das sociedades pré-capitalistas. Ora, parece que aqui a análise de nosso autor fragiliza-se, por aceitar acriticamente a definição que o próprio Vianna dava à sua obra: quando indagado do seu racismo, sempre afirmava não ser esse aspecto importante para as suas reflexões. Para ser coerente com sua análise, Nilo Odália deveria acentuar o fato de que, mesmo que o problema racial não tivesse a mesma função política que tinha para Varnhagen, tinha para Vianna o caráter de demarcação de um reacionarismo elitista tão característico da visão de mundo “pseudocientífica” das próprias elites nacionais que lhe eram coetâneas.

Em suma, o que se infere da leitura do livro de Nilo Odália é que nas manifestações mais centralizadas e autoritárias do Estado (Segundo Reinado e Estado Novo), a sociedade via em alguns de seus intelectuais, principalmente os historiadores, os avatares da reação, o trabalho historiográfico determinado e determinando a razão de Estado, que no Brasil é sempre a razão de elites especiosas à realidade do povo brasileiro. A historiografia de Varnhagen e a de Oliveira Vianna expressam de modo qualificado as manifestações desse conservadorismo político e como tradição, no campo específico da reflexão historiográfica, são expressões de um saber que impõe uma atitude demiúrgica ao intelectual, o portavoz pragmático da ciência como arma da conquista civilizadora.